



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS

Município: PASSOS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	4
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	28
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	29
VIII - CONCLUSÃO	29
IX - FOLHA DE ASSINATURA	31
X - ANEXOS	32





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS

CPF/CNPJ: 12.163.368/0001-50

Município/UF: PASSOS-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS

CPF/CNPJ: 12.163.368/0001-50

Município/UF: PASSOS/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: março/2020 a abril/2021

Gestão do Prestador: Básica

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	16/12/2020	23/04/2021
Execução - In loco	26/04/2021	30/04/2021
Relatório	03/05/2021	25/02/2022

Tarefa Nº: 123553

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS



III - INTRODUÇÃO

1. Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados aos usuários do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2. Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Passos, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e o acompanhamento, pela SMS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos quanto às ações assistenciais realizadas pela respectiva unidade no enfrentamento da COVID-19. A abrangência da parte financeira foi de março/20 a março/21 e da parte assistencial de março/20 a abril/21.

3. Caracterização do Objeto de Auditoria:

Passos é município da Macrorregião de Saúde Sul e sede da microrregião de Passos. É referência assistencial para outros 8 municípios desta microrregião. Está sob jurisdição da Superintendência Regional de Saúde de Passos. Possui população estimada de 115.337 habitantes (estimativa IBGE 2020). Está sob Gestão Estadual, portanto não detém a gestão do hospital.

A unidade hospitalar visitada no município de Passos foi a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos - CNPJ 23.278.898/0001-60 (CNES 2775999) que é uma entidade sem fins lucrativos. É um hospital geral, que atende média e alta complexidade e que conforme CNES, competência 04/2021, módulo hospitalar, dispunha de 287 leitos gerais e outros 121 leitos complementares. Possui acreditação ONA com validade até 10/2023. Conforme Plano de Contingência da Macrorregião Sul, disponível em https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/anexos/plano-contingencia/30-07_Plano-de-Contingencia_Sul.pdf, o hospital ficou como 1ª referência em atendimento à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), dispondo de leitos clínicos e de UTI para atendimento nesta especialidade além de continuar como referência em média e alta complexidade, gestantes de alto risco (GAR) e Oncologia. Na página 34, consta que a instituição disponibilizou 49 leitos clínicos e 26 leitos de UTI, sendo 16 leitos adulto e 8 pediátricos, com ampliação de até 26 outros leitos de UTI. No período de abrangência desta auditoria (03/2020 a 04/2021), o hospital disponibilizou leitos clínicos, de suporte ventilatório e de UTI adulto e pediátricos para enfrentamento ao COVID-19 conforme descrito no anexo na tabela 05 - Histórico do Plano de Contingência da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Em virtude das ações para enfrentamento à COVID-19 pactuadas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos, o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Passos repassou recursos próprios, recursos recebidos do Fundo Estadual de Saúde (FES) e recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) à instituição conforme detalhado na tabela 01. Conforme declaração da gestora, a SMS de Passos “não repassou materiais, medicamentos, insumos e equipamentos diretamente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para serem utilizados na assistência ao COVID-19”.

IV - METODOLOGIA

1. Fase

Analítica

Foram realizados os trabalhos analíticos no período de 16/12/2020 a 23/04/2021, com as seguintes tarefas:

a) Análise do processo principal SEI nº 1320.01.0139368/2020-83 que demandou a auditoria. Nesta fase foram realizadas pesquisas sobre a instituição na internet, a saber:

- Consulta ao site do Fundo Nacional de Saúde (FNS);
- Consulta às portarias federais que contemplaram o hospital com recursos para custeio de leitos de UTI adulto COVID-19 que foram repassadas ao FMS de Passos.
- Consulta às Resoluções SES/MG que contemplaram o hospital com recursos para custeio de ações relacionadas ao COVID-19 que foram repassadas ao FMS de Passos.



- Consulta no site da Prefeitura Municipal de Saúde de Passos;

b) Análise dos documentos enviados por e-mail na fase analítica, listados a seguir:

- Convênios celebrados entre o município de Passos e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para viabilizar repasses para enfrentamento à COVID-19.
- Extratos bancários de conta corrente e investimento e razões de banco das contas do FMS/Passos relacionadas aos recursos recebidos e/ou destinados a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para enfrentamento à COVID-19.
- Notas de empenho relacionadas aos recursos destinados ao hospital para enfrentamento à COVID-19.
- Cartão de inscrição do FMS no CNPJ.
- Notas fiscais referentes aos recursos repassados a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para enfrentamento à COVID-19.
- Leis de diretrizes orçamentárias de 2020 e 2021.
- Leis orçamentárias anuais de 2020 e 2021.
- Lei municipal de criação do FMS de Passos.
- Decretos e leis municipais de abertura de crédito suplementar de 2020.
- Plano municipal de Saúde 2018 – 2021.
- Relatório anual de gestão de 2020.
- Programações anuais de saúde 2020 e 2021.
- 1º, 2º e 3º RDQA de 2020.
- Documentos do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e da Câmara Municipal (CM) de Passos.

2 – Reunião de abertura dos trabalhos

No dia 20/04/2021, foi realizada reunião virtual, pelo Google meet, entre a equipe designada para a auditoria, a gestora da SMS e equipe. Foi explanado sobre a demanda que originou a auditoria e seu objetivo, sobre a programação da auditoria operativa e sobre os documentos que já haviam sido entregues pelo estabelecimento via e-mail.

3 - Fase Operativa:

No dia 26/04/2021 foi realizada visita nas dependências da SMS, quando a equipe se apresentou e conversou com técnicos de diversas áreas, a fim de elucidar fatos e conversar sobre os documentos ora entregues.

Entre o dia 27 e 29/04/2021 a equipe permaneceu na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em auditoria operativa.

Ao término dos trabalhos, no dia 30/04/2021, a equipe retornou a SMS, sendo coletado termo de declaração da gestora, formalizado o termo de auditoria e informados que poderia haver demanda por novos documentos surgirem e que seriam solicitados formalmente via e-mail.

4 - Limitação

Não houve limitações

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641752

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: A SMS não celebrou instrumentos jurídicos com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que o município de Passos celebrou 3 convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos para viabilizar o repasse de recursos financeiros para enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19, sendo:

- Convênio nº 03/2020 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS MUNICIPAIS visando a aquisição de equipamentos hospitalares para equipar novos leitos de UTI, utilizados pela Santa Casa de Misericórdia de Passos, no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Convênio nº 05/2020 no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS ESTADUAIS visando o custeio das ações e serviços de saúde dos municípios e estabelecimentos de saúde, no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19, em consonância com a Resolução SES/MG nº 7.097 de 08 de maio de 2020.

- Convênio nº 07/2020 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS FEDERAIS conforme disposto na Portaria MS/GM nº 1666/2020 de 01/07/2020.

Foi constatado ainda que a SMS/Passos repassou para o hospital no dia 02/12/2020 o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de origem federal conforme disposto na Portaria MS/GM nº 2624 de 28/12/2020, sem que houvesse celebração de instrumento jurídico para o referido repasse.

Os Termos de Convênios apresentados possuem as cláusulas contratuais necessárias para o resguardo dos atributos legais na utilização dos recursos do SUS, contando ainda com registros nos respectivos Planos de Trabalho, discriminando o Programa de aplicação dos recursos recebidos, conforme disposto na legislação vigente. Entretanto foi observado na documentação apresentada que os referidos convênios foram celebrados pelo Prefeito Municipal de Passos, constando assinatura da SMS juntamente com a do prefeito somente no convênio 007/2020 e que nas cláusulas referentes a acompanhamento e validação da aplicação de recursos coube a Controladoria Geral do Município e não ao titular da secretaria municipal de saúde (SMS) que é o gestor do FMS.

Tais fatos estão em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, arts. 54, 55, 60, 61 e 62; Portaria de Consolidação nº 02/2017, ANEXO 2 DO ANEXO XXIV, CAPÍTULO V, Seção I, art. 21, § 1º, CAPÍTULO VII, art. 38; Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 130, § 3º, Inciso I; Lei nº 8.080/90, art. 9º, inciso III, art. 24, § único, Resolução CIT nº 04/2012, ANEXO - RESPONSABILIDADES- item 4.1 - Municípios, alínea "L".

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada do Convênio nº 03/2020 de 28/05/2020 e respectivo Plano de Trabalho.
- Cópia digitalizada do Convênio nº 05/2020 de 01/07/2020 e respectivo Plano de Trabalho.
- Cópia digitalizada do Convênio nº 07/2020 de 12/11/2020 e respectivos: Anexo Único e Plano de Trabalho.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A pessoa física: E.B. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: declara que quanto a falta de previsão de fiscalização por parte da SMS nos convênios nº 003/2020 e 005/2020, tal fato se deu tendo em vista que conforme Lei nº 3.321/2018, a qual consolida a legislação municipal que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da PM de Passos, estabelece em seu Art. 17 : "A Controladoria Geral Interna é o órgão de assessoramento da Administração Pública Direta e Indireta, competindo-lhe especialmente: Inciso II: acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como da aplicação, sob qualquer forma de recursos públicos; inciso V- Arquivar e registrar os convênios firmados pelo município". Informa ainda que as minutas dos convênios constavam a controladoria como órgão fiscalizador, sendo aprovadas pela Procuradoria do Município e que todavia, inobstante não haver previsão expressa, a Secretaria de Saúde acompanhou e fiscalizou os convênios firmados. Acrescenta por fim que a fundamentação da transferência do repasse de R\$ 300.000,00 foi baseada na Portaria nº 2624/GM/MS de 28/09/2020.

2. A pessoa física: A.D.L. apresentou a seguinte manifestação datada de 26/08/2022 em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 294/2022: declara que quanto a falta de previsão de fiscalização por parte da SMS nos convênios nº 003/2020 e 005/2020, tal fato se deu tendo em vista que conforme Lei nº 3.321/2018, a qual consolida a legislação municipal que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da PM de Passos estabelece em seu Art. 17 "A Controladoria Geral Interna é o órgão de assessoramento da Administração Pública Direta e Indireta, competindo-lhe especialmente: Inciso II: acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como da aplicação, sob qualquer forma de recursos públicos; inciso V- Arquivar e registrar os convênios firmados pelo município". Informa ainda que as minutas dos convênios constavam a controladoria como órgão fiscalizador, sendo aprovadas pela Procuradoria do Município, e que todavia, inobstante não haver previsão expressa a Secretaria de Saúde acompanhou e fiscalizou os convênios firmados. Acrescenta por final que inobstante não haver previsão expressa, a SMS acompanhou e fiscalizou os convênios anteriores ao Convênio 007/2020.

3. A pessoa física: C.R.L.R. apresentou a seguinte manifestação datada de 30/09/2022, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 315/2022: primeiramente o auditado afirma não ser mais gestor do município, não podendo assim



promover qualquer ato de correção de eventuais inconsistências, as quais requer sejam dirigidas ao atual Gestor. Com relação a constatação em questão apresenta a seguinte argumentação: "no que se refere à falta de rubricada do secretário municipal de saúde nos convênios nº 03/2020 e 05/2020, bem como a ausência de atribuição de fiscalização a secretaria de gestora do fundo municipal de Saúde percebe-se que se tratam de regularidades formais que não prejudicam repasse a execução e nem mesmo a fiscalização".

Salienta que, quanto ao último tema tal fato se deu em razão da previsão na Lei Municipal nº 3321/2018 a qual consolida legislação municipal que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Passos que estabelece em seu artigo 17: "A Controladoria geral interna é o órgão de assessoramento de administração pública direta e indireta competindo-lhe especificamente: II- acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como da aplicação, sob qualquer forma de recursos públicos"

Afirma ainda que, todavia, inobstante não haver previsão expressa a secretaria municipal de Saúde acompanhou e fiscalizou todos os convênios anteriores ao convênio nº 007/2020 firmado através de sua equipe técnica não sendo a omissão do instrumento prejudicial. Ademais a irregularidade formal não prejudicou a execução dos convênios e nem causou qualquer prejuízo ao erário.

Por fim quanto a ausência de celebração de convênio com hospital para o repasse de R\$ 300.000,00 da Portaria nº 2624/GM/MS, de 28/09/2020, percebe-se que a própria portaria não trouxe a previsão de exigência de celebração de convênio bem como previu a fiscalização eletrônica via sistemas indicados no artigo 6º. Além disso, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia é o único hospital SUS no município com os requisitos indicados na portaria havendo o repasse no encerrar daquele exercício, ano assolado pela pandemia com os hospitais passando por inúmeras dificuldades estruturais e financeiras.

4. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: Com relação a falta de previsão de fiscalização por parte da SMS/Passos nos convênios nº 003/2020 e 005/2020, as 3 pessoas físicas notificadas utilizaram como argumento a Lei Municipal nº 3.321/2018, no artigo 17, incisos II e V, onde se confirma que a controladoria como órgão fiscalizador, sendo aprovadas pela Procuradoria do Município. A pessoa física: C.R.L.R. declara ainda que "a irregularidade formal não prejudicou a execução dos convênios e nem causou qualquer prejuízo ao erário".

Pois bem a própria pessoa física C.R.L.R, assume que houve uma "irregularidade formal". Segundo a legislação vigente a época dos fatos, detalhada no final deste texto, o gestor dos recursos do FMS é o Secretário Municipal de Saúde. No momento que o(a) SMS não participa da celebração, tampouco da fiscalização dos convênios celebrados fica configurado que ele está deixando de desempenhar sua função de gestor.

Foi afirmado ainda que inobstante não haver previsão expressa, a SMS acompanhou e fiscalizou os convênios anteriores ao Convênio 007/2020, entretanto não foi apresentado documentação comprobatória deste acompanhamento e/ou fiscalização.

Já com relação ao repasse de recursos da Portaria MS/GM nº 2624 ao Hospital sem que houvesse celebração de instrumento jurídico específico para tal, a pessoa física A.D.L. não apresentou justificativas. As pessoas físicas E.B. e C.R.L.R. apresentaram em suas defesas alegações que a própria portaria não trouxe a previsão de exigência de celebração de convênio.

Apesar de não haver previsão na Portaria MS/GM nº 2624/2020, a legislação vigente condiciona qualquer tipo de repasses de recursos públicos a prestadores de saúde privados, a celebração de instrumentos jurídicos. A fim de pontuar esta irregularidade transcrevemos aqui pelo menos 3 das legislações infringidas:

- Lei nº 8.080/90, no art. 24: " Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público".

- Portaria de Consolidação nº 1/2017, "Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



saúde ofertados pela iniciativa privada, § 3º A participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no SUS será formalizada mediante a celebração de contrato ou convênio com o ente público, observando-se os termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, de acordo com os seguintes critérios: (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º)

I - convênio: firmado entre ente público e a instituição privada sem fins lucrativos, quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º, I)"

Resolução CIT nº 04/2012 : 4.1 Municípios, alínea "L": "Elaborar contratos com os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde e em conformidade com o planejamento e a programação da saúde pactuada nas Comissões Intergestores;"

A defesa da pessoa física Sr. C.R.L.R declara que ele não é mais gestor e requer que as notificações sejam feitas ao atual gestor. Quanto a isto cumpre esclarecer que: o Sr. C.R.L.R. não foi notificado por sua condição de gestor atual, mas em razão de ser considerado pessoa física interessada, agente passível de responsabilização (vide legislação mencionado no Ofício SES/AUDSUS nº. 315/2022 de 15/07/2022); A Secretaria Municipal de Saúde de Passos, órgão gestor do SUS, também foi notificada com oportunidade de se manifestar acerca da auditoria e; a Secretaria Municipal de Saúde de Passos é o auditado, sendo assim eventuais penalidades e medidas corretivas aplicáveis são dirigidas ao órgão gestor do SUS.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que celebre instrumentos jurídicos com prestadores de serviços privados nos casos de repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal), e que nestes instrumentos conste cláusulas que promovam o acompanhamento e a fiscalização dos mesmos, conforme legislação vigente: Lei Federal nº 8.666/1993, arts. 54, 55, 60, 61 e 62; Portaria de Consolidação nº 02/2017, ANEXO 2 DO ANEXO XXIV, CAPÍTULO V, Seção I, art. 21, § 1, CAPÍTULO VII, art. 38; Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 130, § 3º, Inciso I; Lei nº 8.080/90, art. 9º, inciso III, art. 24, § único, RESOLUÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO CIT Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2021, ANEXO III - Responsabilidades Sanitárias, item 4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, sub-item 4.1 Municípios, alínea "L".

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641754

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Passos recebeu do FES recursos provenientes da Resolução nº 7097/2020 em 3 parcelas sendo:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A primeira no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) foi creditada na Conta corrente nº 70008-8 no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 08/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020.

A segunda no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) foi creditada na Conta corrente nº 70009-6 no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 05/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020.

A terceira parcela no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) foi creditada na Conta Corrente nº 70010-X no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 05/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020.

Destarte, foi verificado que o município não transferiu para a instituição beneficiária os saldos de aplicações financeiras.

Tal fato está em desacordo com Termo de Compromisso nº 557/7097, cláusula 3ª, § 4º.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada do Nota de empenho nº 6039/2020 e transferência bancária
- Cópia digitalizada do Nota de empenho nº 6041/2020 e transferência bancária
- Cópia digitalizada do Nota de empenho nº 6042/2020 e transferência bancária
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários referentes as aplicações financeiras da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada da Razão da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários referentes as aplicações financeiras da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada da Planilha de repasses de recursos do FES para o município de Passos (BO) no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada da Planilha de repasses de recursos COVID para a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos - período de 01/03/2020 a 31/03/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A pessoa física: E.B. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: informa que o município de Passos, através da Secretaria Municipal de Saúde recebe recursos do FES ou outros, para serem transferidos para a instituição, porém no primeiro momento envia a solicitação para a Câmara Municipal para a abertura do crédito, uma vez que não consta no orçamento. Quando o crédito é aprovado aí sim, transfere o recurso para a instituição, e que não tendo previsão do tempo de aprovação o recurso fica aplicado. Desta forma a SMS repassa o valor original. Encaminha ainda os extratos das contas correntes 70.008-8, 70.009-6 e 70.010-X e afirma que os saldos das contas poderão ser devolvidos a qualquer momento.

2. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa o auditado informa os procedimentos realizados pela SMS para efetuar repasses de recursos as instituições porém não comprovou que repassou o saldo das aplicações para a Santa Casa de Misericórdia, sendo assim a não conformidade permanece. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. A SMS deverá ainda comprovar, no processo de acompanhamento, controle e avaliação e prestação de contas dos recursos oriundos do FES, a adequada destinação dos saldos auferidos decorrentes de aplicações financeiras. Alternativamente, a SMS deverá comprovar a devolução dos recursos ao fundo de saúde de origem do recurso.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12 163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que cumpra integralmente os Termos de Compromissos e/ou instrumentos análogos celebrados para repasses de recursos do Fundo Estadual de Saúde a instituições privadas, com especial atenção à utilização e/ou restituição dos saldos de aplicação financeira, observando o Decreto Estadual nº 45.468/2010 no art. 7º, § 1º c/c art. 12, parágrafo único c/c art. 24, inciso IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12 163.368/0001-50

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641755

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Passos realizou repasses financeiros recebidos do FNS para a Santa Casa de Misericórdia sendo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme determinado na Portaria MS/GM nº 2624/2020 no dia 02/12/2020. Foram repassados ainda recursos da Portaria MS/GM nº 1666/2020 sendo: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no dia 07/12/2020 e R\$ 1.920,00 (hum mil, novecentos e vinte reais) no dia 30/12/2020. Observa-se que o município transferiu então um total de R\$ 501.920,00 (quinhentos e um mil, nove centos e vinte reais) diferente do valor acordado no Convênio nº 007/2020 que é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destarte houve um acréscimo do valor creditado sem a respectiva modificação ou aditamento contratual. Tal fato está em desacordo com o Convênio nº 007/2020, Cláusula Segunda item 1 e respectivo Plano de Trabalho e Lei Federal nº 8.666/1993, art. 65, item I, alínea "b".

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10017/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 9758/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10696/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 65563-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021.
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 65563-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A pessoa física: E.B. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: afirma que conforme o convênio nº 07/2020 no valor de R\$ 500.000,00 e aditado em 25% ainda se encontra vigente com saldo a ser executado e que foi solicitado pela SMS a devolução de R\$ 1.920,00 (documento anexado).
2. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: Em conferência a documentação anexada a manifestação do auditado foi verificado a apresentação do Ofício nº 667/2022/ORÇAMENTO/FINANCEIRO datado de 23/08/2022, no qual a SMS/Passos solicita ao Hospital a devolução do Valor de R\$ 1.920,00, por não fazer parte do convênio nº 07/2020. Entretanto não consta na documentação apresentada, a comprovação da devolução deste recurso à conta do FMS/Passos. Sendo assim foi verificado que a SMS tomou as devidas providências quanto a devolução do valor, entretanto não comprovou a efetiva devolução do valor de R\$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais) ao FMS. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12 163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que execute os instrumentos jurídicos firmados fielmente, de acordo com as cláusulas avançadas, conforme Lei Federal nº 8.666/1993, art. 66

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12 163.368/0001-50

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641759

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Passos realizou repasses financeiros municipais para a Santa Casa de Misericórdia no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no dia 18/06/2020, visando a aquisição de equipamentos hospitalares para equipar novos leitos de UTI, utilizados pela Santa Casa de Misericórdia de Passos, no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID -19.

Tal fato está de acordo com Convênio nº 003, Cláusula 1ª, cláusula 2ª, item 1 e respectivo Plano de Trabalho.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4954/2020 e transferência bancária
- Cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 73002-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 73002-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641765

Subgrupo: Convênios

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados a Santa Casa de Misericórdia de Passos não estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado (Termo de Metas) e com a legislação vigente.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos realizados com recursos da Portaria MS/GM nº 2624, Convênios Municipais nºs 003/2020, 005/2020 e 007/2020 foram formalizados contendo nota de empenho, liquidação, transferência bancária, cópia do Instrumento Jurídico firmado e Extrato da Publicação do Termo Jurídico quando celebrados. Entretanto foi observado que nos empenhos nºs 9758 de 26/11/2020, 10017 de 30/11/2020 e 10696 de 18/12/2020, o gestor ordenou os empenhos e também liquidou. Já no empenho nº 4954 de 29/05/2020, consta como fonte a de nº 100 que se refere a recursos ordinários ou seja apesar da dotação orçamentária ser do FMS foi utilizado recursos próprio do município e não do FMS para efetivar o repasse.

Tal fato está em desacordo com o Acórdão nº 1.013/2008-TCU-1ª Câmara, item 1.3.3.

Fonte da Evidência: - cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6039 de 13/07/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6041 de 13/07/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6042 de 13/07/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada dos extratos bancários da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 9758 de 26/11/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10017 de 30/11/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10696 de 18/12/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 65563-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 65563-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4954 de 29/05/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 73002-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 73002-5 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A pessoa física: E.B. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: informa que em relação a liquidação aos empenhos - DECRETO 1175/2019 (documento anexado). E a respeito do empenho na fonte 100: o empenho é de recurso próprio, porém não sendo computados com gasto da saúde nos 15% exigidos por Lei.

2. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: Com relação a emissão do empenho 4954 de 29/05/2020 o qual consta como fonte a de nº 100, em sua defesa o auditado alega que os valores não foram computados como gasto da saúde nos 15%, entretanto não anexou documentação comprobatória desta informação.

Em sua defesa o auditado anexa a justificativa o Decreto Municipal nº 1175 de 03/07/2019, que regulamenta a delegação das competências administrativas e financeiros orçamentárias da administração pública municipal. No referido Decreto consta: artigo 2º: Fica delegado aos Secretários Municipais, ao Procurador Geral do Município, ao Controlador Geral do Município e ao Chefe de Gabinete, competência para ordenar despesas e pagamentos do seu Setor e respectivas unidades orçamentárias e fundos a elas vinculados, dentro das disponibilidades financeiras, orçamentárias ou dos créditos adicionais ou extraordinários e efetuar liquidações; § 1º - Entende-se como Ordenador de Despesas, autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recursos pelos quais responda; § 4º A liquidação do despesa deverá ser realizada pelo Secretário Municipal responsável, ou por servidor designado e responsável pelo recebimento do produto ou serviço, podendo ser efetivada no espaço constante da nota de empenho ou em documento apartado, para melhor dinâmica do serviços.

Destarte foi observado que o segundo este decreto o secretário em tese pode liquidar despesas, entretanto, no que concerne, de maneira direta e específica, às fases das despesas públicas, consubstanciadas pelo empenho, pela liquidação (atesto) e pelo pagamento (extinção da obrigação), o Acórdão nº 1.099/2008-TCU-1ª Câmara orienta que se "1.3.3 respeite o princípio administrativo da segregação de funções, adotando providências para que as atividades de compra, pagamento e recebimento de bens e serviços da entidade sejam exercidas por diferentes empregados", isto é, no caso do setor público, por servidores distintos.

Em linhas gerais, a segregação de função é um princípio do controle interno que estabelece a separação de atribuições entre servidores distintos nas várias fases de um determinado processo. No trâmite para aquisição de bens e serviços, por exemplo, este princípio estabelece que cada etapa de processamento da despesa (autorização, aprovação, execução, controle e contabilização) deve ser desempenhada por diferentes agentes públicos. A segregação de funções tem como benefício a prevenção de erros, omissões, fraudes e o uso irregular de recursos públicos.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que observe o princípio administrativo da segregação de funções, adotando providências para que as atividades de compra, pagamento e recebimento de bens e serviços da entidade sejam exercidas por servidores distintos, conforme orientação contida no Acórdão nº 1.099/2008-TCU-1ª Câmara.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 641767

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Contratualização

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico Convênio Nº 007/2020 firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para enfrentamento da COVID -19.

Evidência: A PMP de Passos firmou instrumentos para viabilizar os repasses de recursos para o enfrentamento à COVID-19 conforme detalhado no anexo na tabela 01. Os convênios nº 003/2020 e 005/2020 preveem, ambos, na cláusula segunda, inciso I, item 2 que compete ao conveniente "... exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente convênio, através da Controladoria Geral do Município". Portanto tais instrumentos não preveem que a SMS deve acompanhá-los. Quanto ao convênio nº 003/2021, o mesmo já teve sua prestação de contas aprovadas pela Controladoria Geral do Município, conforme documento denominado "prestação de contas", sem data, emitido pela controladora geral do município A. D. B. O..

Já o convênio nº 007/2020, único que consta assinatura da SMS, na sua cláusula segunda, inciso I, item 2 prevê que compete ao conveniente "... exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente convênio, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Controladoria Geral do Município", porém não foram apresentados documentos que demonstram que a SMS está acompanhando, controlando e fiscalizando o presente instrumento.

Ressalta-se que os convênios nºs 005/2020 e 007/2020 ainda estavam em vigência na data da auditoria operativa. Portanto tal fato relacionado ao Convênio nº 007/2020 está em desacordo com o Convênio nº 007/2020, cláusula segunda - das obrigações dos convenientes, inciso I, item 2.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada do Convênio nº 03/2020 de 28/05/2020 e respectivo Plano de Trabalho.
- Cópia digitalizada do Convênio nº 05/2020 de 01/07/2020 e respectivo Plano de Trabalho.
- Cópia digitalizada do Convênio nº 07/2020 de 12/11/2020 e respectivos: Anexo Único e Plano de Trabalho.
- Cópia digitalizada da prestação de contas do convênio nº 003/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

2. Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/08/2022, a Srª PSCF (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 291/2022: "Em resposta a constatação nº 641767 venho por meio deste informar que nos convênios 03 e 05 de 2020 não havia previsão de fiscalização por parte da SMS pelo fato de que conforme no disposto na Lei 3.321/18 as minutas padrão do município constam a fiscalização pela Controladoria. Porém a SMS sempre acompanhou e fiscalizou a execução dos convênios. A secretaria acompanhava a utilização dos recursos através do Sistema de Gestão (VIVER) e as faturas apresentadas pelo prestador."

3. Por meio do documento S/N, de 23/08/2022, o Sr. EB (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: "Os convênios 03 e 05 de 2020 não havia previsão de fiscalização por parte da SMS pelo fato de que conforme no disposto na Lei 3.321/18 as minutas padrão do município constam a fiscalização pela Controladoria. Porém a SMS sempre acompanhou e fiscalizou a execução dos convênios. A secretaria acompanhava a utilização dos recursos através do Sistema de Gestão (VIVER) e as faturas apresentadas pelo prestador."

4. Por meio do ofício de encaminhamento nº 001/2022, de 25/08/2022, o Sr. AAN (pessoa física) encaminhou a seguinte



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 293/2022: "Nos convênios 03 e 05 de 2020 não havia previsão de fiscalização por parte da SMS pelo fato de que conforme no disposto na Lei 3.321/18 as minutas padrão do município constam a fiscalização pela Controladoria. Porém a SMS sempre acompanhou e fiscalizou a execução dos convênios. A secretaria acompanhava a utilização dos recursos através do Sistema de Gestão (VIVVER) e as faturas apresentadas pelo prestador."

5. Por meio do documento S/N, de 30/09/2022, o Sr. RO, advogado qualificado do Sr. CRLR (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 315/2022: "A presente constatação indica a ausência de fiscalização pela Secretaria Municipal de Saúde dos mesmos convênios indicados no item anterior, de nº 03, 05 e 07, todos de 2020. Assim, o apontamento não deve ser dirigido ao aqui defendente, uma vez que não ter sido Gestor do SUS e do Fundo Municipal de Saúde, sendo que, conforme a própria constatação, a fiscalização deve ser realizada pela Secretaria Municipal de Saúde. Ademais, dispõe o Município de Passos de Sistema de Geral em Saúde contratado, Sistema VIVVER, com o lançamento dos dados do convênio e alimentação, conforme documentos já apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, com as justificativas anteriores. Segundo informações, obtidas, os Convênios nº 05 e 07/2020 estão em andamento. Desta forma, requer que seja determinada a correção da irregularidade, possível via aditivo aos instrumentos, para inserir a Secretaria Municipal de Saúde como órgão fiscalizador, determinando que promova o acompanhamento da execução dos instrumentos, além da Controladoria Geral do Município, conforme previsão da Legislação Municipal já citada. Assim, percebe-se no caso a absoluta ausência de qualquer intenção do agente, aqui defendente, de descumprimento de qualquer regramento, valendo repisar a ausência de qualquer prejuízo com as constatações indicadas vez que meramente irregularidades formais."

Análise da Justificativa: Nas justificativas das pessoas físicas PSCF, EB e AAN, ambos fazem menção aos convênios nº 03 e 05/2020, porém o abordado na constatação é o convênio nº 07/2020, para o qual não consta manifestação nos textos das justificativas. Porém, ambos relatam que a SMS sempre acompanhou e fiscalizou os convênios celebrados por ela, inclusive menciona um sistema que era utilizado, contudo não foi apresentada documentação comprobatória deste acompanhamento e/ou fiscalização.

Sobre o argumentado pelo Sr. CRLR que "o apontamento não deve ser dirigido ao aqui defendente, uma vez que não ter sido Gestor do SUS e do Fundo Municipal de Saúde, sendo que, conforme a própria constatação, a fiscalização deve ser realizada pela Secretaria Municipal de Saúde" e considerando que pela legislação compete à SMS realizar o acompanhamento dos instrumentos jurídicos, fica acatado os argumentos apresentados pelo Sr. CRLR, sendo o mesmo excluído do rol de responsáveis.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas pelas pessoas físicas, as justificativas foram parcialmente acatadas, sendo suficiente para afastar a não conformidade relacionada ao Sr. CRLR, porém não foram suficientes para afastar a não conformidade vinculada aos Srs. EB e AAN e à Sra. PSCF.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se que a SMS de Passos realize o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados por ela conforme Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Capítulo VI, Art. 33 e em consonância com os instrumentos jurídicos firmados entre ela e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 641770

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Capacidade Instalada/cadastro

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

Evidência: A gestora de saúde declarou que "... é informada diariamente, via grupo de whatsapp, no fim da tarde, com dados dos pacientes hospitalizados com COVID residentes no município de Passos, que são dados utilizados para elaborar o boletim diário do município somente acompanha a gestão do quadro de leitos do COVID para os seus municípios através dessa informação diária". Em conversa com a gestora, ela relatou que como não é detentora da gestão deste prestador, a SMS não tem acesso ao hospital para acompanhamento da ocupação de todos os leitos destinados ao atendimento à COVID-19.

Analisando o Termo de Contrato nº 98/2018, na sua cláusula oitava - das obrigações, inciso IV - das obrigações do interveniente, nos itens I e II, consta que a SMS deverá acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato. No documento descritivo, anexo ao contrato, consta no item VII, subitem VII.A - Indicadores gerais, itens 1, 4, 5 e 6 as seguintes metas: "taxa de ocupação geral dos leitos", "taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto", "taxa de ocupação dos leitos de UTI pediátrica" e "taxa de ocupação dos leitos de UTI neonatal".

Portanto, diferentemente do argumentado pela secretária municipal de saúde, a SMS, como interveniente do contrato, deve acompanhar a ocupação dos leitos do hospital.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, capítulo I, art.5º, inciso II, Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV e Termo de Contrato nº 98/2018, cláusula oitava - das obrigações, item IV - das obrigações do interveniente, subitens I e II e documento descrito, item VII, subitem VII.A - indicadores gerais metas 1, 4, 5 e 6.

Fonte da Evidência: - Termo de declaração da gestora da SMS de Passos, P. S. C. F. de 30/04/2021.

- Cópia digitalizada do Termo de Contrato Nº 98/2018 e documento descritivo.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

2. Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/08/2022, a Srª PSCF (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 291/2022: "Em resposta a constatação nº 641770 venho por meio deste informar que os leitos destinados aos atendimentos da Covid 19 bem como todos os leitos da Santa Casa de Passos de internação pelo SUS são regulados pela Central de Regulação de Alfenas através do SUS Fácil, um programa de regulação assistencial regional em Minas Gerais, onde são inseridos dados de solicitação do paciente para que seja regulado a vaga por meio da Central. Sendo assim, acompanhava as internações dos pacientes residentes em Passos diariamente para que fosse elaborado o boletim epidemiológico diário do município, os outros leitos que eram ocupados eram informados através de email enviado para a secretaria, como também pelo SUS Fácil. Foram realizados todos os esforços para minimizar o colapso entre as unidade de atendimento ao Covid e tomadas todas as medidas para que não faltasse insumos, equipamentos e mão de obra neste período onde estávamos enfrentando a pior onda da pandemia. Os gestores poderiam a qualquer momento solicitar informações ao Hospital. O acompanhamento de pacientes internados é realizado através do SUSFACIL.

TERMOS DE CONTRATO Nº 098/2018.

As ferramentas de acompanhamento são o Tabwin, PPI assistencial e relatórios dos resultados do processamento SIHD e BPA e APAC. Sendo média complexidade com Financiamento MAC pré-fixado e Alta complexidade, Financiamento MAC, por produção e pós-fixados. A produção dos procedimentos com Financiamento FAEC são com pagamentos pós-fixados. O município de Passos conta com um médico auditor para as devidas autorizações. Internações eletivas são inseridas no SUSFACIL pelos gestores de saúde e autorizado pelo médico auditor. Somente após esta autorização o Prestador consegue agendar o procedimento. Nas internações urgência e emergências, solicitadas através do SUSFACIL, o prestador realiza o atendimento e processa os dados no SISAIH01 e envia a para superintendência Regional de Saúde de



Passos, processar no sistema SIHD. Documentos são auditados pelo médico auditor e liberadas para processamento Estadual e Federal. O prestador realiza o atendimento após auditoria, o prestador processa no SISAIIH 01 envia para superintendência Regional de Saúde de Passos, processar no SIHD. O médico auditor audita e libera para processamento Estadual e Federal. Além do controle mensal de atendimento e análise dos resultados dos relatórios SIHD, BPA e APAC, no final do quadrimestre, os integrantes da comissão de acompanhamento de contrato se reúne na superintendência Regional de Saúde, para validação das metas. Esta comissão é composta por membros da secretaria municipal de saúde, superintendência Regional de Saúde e Hospital. Em anexo formulário de acompanhamento."

3. Por meio do documento S/N, de 23/08/2022, o Sr. EB (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: "Os acompanhamentos da taxa de ocupação dos leitos covid-19 foram através de boletim diário, divulgado no final do dia. Podendo a autoridade, gestor municipal e equipe, adentrar ao hospital a qualquer momento para conferência. Os gestores poderiam a qualquer momento solicitar informação no Hospital caso necessário. O acompanhamento de pacientes internados é através do SUSFACIL.

TERMOS DE CONTRATO Nº 098/2018.

As ferramentas de acompanhamento são o Tabwin, PPI assistencial e relatórios dos resultados do processamento SIHD e BPA e APAC. Sendo média complexidade com Financiamento MAC pré-fixado e Alta complexidade, Financiamento MAC, por produção e pós-fixados. A produção dos procedimentos com Financiamento FAEC são com pagamentos pós-fixados. O município de Passos conta com um médico auditor para as devidas autorizações. Internações eletivas são inseridas no SUSFACIL pelos gestores de saúde e autorizado pelo médico auditor. Somente após esta autorização o Prestador consegue agendar o procedimento. Nas internações urgência e emergência, solicitadas através do SUSFACIL, o prestador realiza o atendimento e processa os dados no SISAIIH01 e envia a para superintendência Regional de Saúde de Passos, processar no sistema SIHD. Documentos são auditados pelo médico auditor e liberadas para processamento Estadual e Federal. O prestador realiza o atendimento e após auditoria, o prestador processa no SISAIIH01 envia para superintendência Regional de Saúde de Passos, processar no SIHD. O médico auditoria audita e libera para processamento Estadual e Federal. Além do controle mensal de atendimento e análise dos resultados dos relatórios SIHD, BPA e APAC, no final do quadrimestre, os integrantes da comissão de acompanhamento de contrato se reúne na superintendência Regional de Saúde, para validação das metas. Esta comissão é composta por membros da secretaria municipal de saúde, superintendência Regional de Saúde e Hospital. Em anexo formulário de acompanhamento."

4. Por meio do ofício de encaminhamento nº 001/2022, de 25/08/2022, o Sr. AAN (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 293/2022: "Os acompanhamentos da taxa de ocupação dos leitos covid-19 foram através de boletim diário, repassados aos setor de Epidemiologia e divulgado no final do dia. Podendo a autoridade, gestor municipal e equipe, adentrar ao hospital a qualquer momento para conferência. Os gestores poderiam a qualquer momento solicitar informação no Hospital. O acompanhamento de pacientes internados é através do SUSFACIL. TERMOS DE CONTRATO Nº 098/2018.

As ferramentas de acompanhamento são o Tabwin, PPI assistencial e relatórios dos resultados do processamento SIHD e BPA e APAC. Sendo média complexidade com Financiamento MAC pré-fixado e Alta complexidade, Financiamento MAC, por produção e pós-fixados. A produção dos procedimentos com Financiamento FAEC são com pagamentos pós-fixados. O município de Passos conta com um médico auditor para as devidas autorizações. Internações eletivas são inseridas no SUSFACIL pelos gestores de saúde e autorizado pelo médico auditor. Somente após esta autorização o Prestador consegue agendar o procedimento. Nas internações urgência e emergência, solicitadas através do SUSFACIL, o prestador realiza o atendimento e processa os dados no SISAIIH01 e envia a para superintendência Regional de Saúde de Passos, processar no sistema SIHD. Documentos são auditados pelo médico auditor e liberadas para processamento Estadual e Federal. O prestador realiza o atendimento e após auditoria, o prestador processa no SISAIIH01 envia para superintendência Regional de Saúde de Passos, processar no SIHD. O médico auditoria audita e libera para processamento Estadual e Federal. Além do controle mensal de atendimento e análise dos resultados dos relatórios SIHD, BPA e APAC, no final do quadrimestre, os integrantes da comissão de acompanhamento de contrato se reúne na superintendência Regional de Saúde, para validação das metas. Esta comissão é composta por membros da secretaria municipal de saúde, superintendência Regional de Saúde e Hospital. Em anexo formulário de acompanhamento."



5. Por meio do documento S/N, de 26/08/2022, o Sr. ADL (pessoa física) encaminhou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 294/2022: "Os acompanhamentos da taxa de ocupação dos leitos covid-19 foram através de boletim diário, divulgado no final do dia pelo prestador. Toda via, a autoridade, gestou municipal e equipe, poderia adentrar ao hospital a qualquer momento para conferência. Neste Período não foi necessário visitar o estabelecimento, devido à baixa taxa de ocupação. Os gestores poderiam a qualquer momento solicitar informação no Hospital com o Serviço Social. Neste período de gestão passou 05 cinco paciente internados com um plano de contingência em que foram ofertados 49 leitos clínico adulto, 16 leitos UTI adulto e 08 pediátricos. O acompanhamento de pacientes internados é através do SUSFACIL.

TERMOS DE CONTRATO Nº 098/2018.

As ferramentas de acompanhamento são o Tabwin, PPI assistencial e relatórios dos resultados do processamento SIHD e BPA e APAC. Sendo média complexidade com Financiamento MAC pré-fixado e Alta complexidade, Financiamento MAC, por produção e pós-fixados. A produção dos procedimentos com Financiamento FAEC são com pagamentos pós-fixados. O município de Passos conta com um médico auditor para as devidas autorizações. Internações eletivas são inseridas no SUSFACIL pelos gestores de saúde e autorizado pelo médico auditor. Somente após esta autorização o Prestador consegue agendar o procedimento. O prestador realiza o atendimento e após auditoria, o prestador processa no SISAHI01. Nas internações urgência e emergências, solicitadas através do SUSFACIL, o prestador realiza o atendimento e processa os dados no SISAHI01. O arquivo processado de internações de caráter urgência e eletiva, é enviado para a superintendência Regional de Saúde de Passos processar no sistema SIHD. O médico auditor audita e libera para o processamento Estadual e Federal. Os arquivos de APAC e BPA são encaminhados para a Secretaria Municipal de Saúde onde realiza o controle de orçamento ambulatoriais através da FPO e reencaminhados para a Superintendência Regional de Saúde. Documentos/formulários de AIH e APAC e BPA são auditados pelo médico auditor no prestador. Além do controle mensal de atendimento e análise dos resultados dos relatórios SIHD, BPA e APAC, no final do quadrimestre, os integrantes da comissão de acompanhamento de contrato se reúne na superintendência Regional de Saúde, para validação das metas. Esta comissão é composta por membros da secretaria municipal de saúde, superintendência Regional de Saúde e Hospital. Em anexo formulário de acompanhamento.

Análise da Justificativa: 1. Tendo em vista a não apresentação de justificativas pela SMS de Passos (pessoa jurídica) e que alguns qualificados como pessoas físicas apresentaram documentação, foram analisados estes documentos. Na justificativa da Srª. PSCF, foram apresentados planilhas relatório CAC Passos dos quadrimestres 1/2021 (janeiro a abril/2021), 2/2021 (maio a agosto/2021), 1/2022 (janeiro a abril/2022). Neles é possível verificar que a SMS acompanhou o processo de apuração das metas estabelecidas no contrato, em especial as taxas de ocupação geral do hospital, das UTIs adulto, pediátrica e neonatal de janeiro a abril de 2021, período este contemplado na abrangência desta auditoria. Porém nas demais justificativas não foram identificados planilha(s) relatório(s) CAC referente aos meses de março a dezembro/2020, período este contemplado nesta auditoria.

2. Análise da justificativa apresentada pela Srª PSCF (pessoa física): A Srª. PSCF apresentou justificativa onde menciona que a SMS de Passos tinha acesso aos dados dos pacientes regulados via SUSFácil para a SCM de Passos, de onde eram extraídos os dados para elaboração dos boletins diários dos casos de COVID-19, informação está condizente com o já declarado pela estão gestora na declaração de 30/04/2022. Já quanto ao acompanhamento da ocupação dos leitos, por parte da SMS, como interveniente do Termo de Contrato nº 098/2018, foram apresentados 3 (três) planilhas relatórios CAC Passos dos quadrimestres 1/2021 (janeiro a abril/2021), 2/2021 (maio a agosto/2021), 1/2022 (janeiro a abril/2022). Neles é possível verificar que a SMS acompanhou o processo de apuração das metas estabelecidas no contrato, em especial as taxas de ocupação geral do hospital, das UTIs adulto, pediátrica e neonatal dos períodos em análise. Considerando que a Srª. PSCF esteve como gestora no período de 27/01/2021 até a auditoria operativa (30/04/2021), a planilha relatório CAC 1/2021 contempla o período auditado que a qualificada configurou como responsável, estando eximida de responsabilização na presente constatação.

3. Análise da justificativa apresentada pelo Sr. EB (pessoa física): O Sr. EV apresentou justificativa onde menciona que as taxas de ocupação foram acompanhadas através dos boletins diários e que o gestor poderia ter acesso ao hospital para conferência dos leitos, porém não menciona se essa ação foi realizada durante sua gestão. Já quanto ao acompanhamento da ocupação dos leitos, por parte da SMS, como interveniente do



Termo de Contrato nº 098/2018, ele menciona que havia a comissão que era responsável pelo acompanhamento e que a documentação estava anexa, porém nesta documentação (78 folhas somente) não foi identificado nenhum documento que comprovasse a atuação da referida comissão. Nas justificativas apresentadas pelos demais qualificados, não há planilha(s) relatório(s) que contemple(m) o período da gestão do Sr. EB, que foi de 01/06/2020 a 31/12/2020.

4. Análise da justificativa apresentada pelo Sr. AAN (pessoa física): O Sr. AAN apresentou justificativa onde menciona que as taxas de ocupação foram acompanhadas através dos boletins diários e que o gestor poderia ter acesso ao hospital para conferência dos leitos, porém não menciona se essa ação foi realizada durante sua gestão. Já quanto ao acompanhamento da ocupação dos leitos, por parte da SMS, como interveniente do Termo de Contrato nº 098/2018, ele menciona que havia a comissão que era responsável pelo acompanhamento e que a documentação estava anexa, porém nesta documentação (2 folhas somente) não foi identificado nenhum documento que comprovasse a atuação da referida comissão. Na justificativa da Srª. PSCF, foi apresentado a planilha relatório CAC Passos do quadrimestres 1/2021 (janeiro a abril/2021), sendo possível verificar que a SMS acompanhou o processo de apuração das metas estabelecidas no contrato, em especial as taxas de ocupação geral do hospital, das UTIs adulto, pediátrica e neonatal dos períodos em análise. Considerando que o Sr. AAN esteve como gestor no período de 04/01/2021 a 26/01/2021, a planilha relatório CAC 1/2021 contempla o período auditado que o qualificado configurou como responsável, estando eximido de responsabilização na presente constatação.

5. Análise da justificativa apresentada pelo Sr. ADL (pessoa física): A Sr. ADL apresentou justificativa onde menciona que a taxa de ocupação era divulgada pelo prestador diariamente, por meio do boletim. Nesse sentido, considerando que este relatório se refere à SMS, o fato de o prestador publicar o boletim não isenta de responsabilidade que a SMS realiza-se esse acompanhamento de forma independente. Ele alega que o gestor teria autonomia para ir ao hospital e verificar a ocupação dos leitos, porém não ocorreu tal visita visto a ocupação estar baixa. Já quanto ao acompanhamento da ocupação dos leitos, por parte da SMS, como interveniente do Termo de Contrato nº 098/2018, foi apresentado 1 (uma) planilha relatório CAC Passos do quadrimestre 3/2019 (setembro a dezembro/2019), de 30/04/2020. Nele é possível verificar que a SMS acompanhou o processo de apuração das metas estabelecidas no contrato, em especial as taxas de ocupação geral do hospital, das UTIs adulto, pediátrica e neonatal dos períodos em análise, porém este período não está contemplado na referida auditoria. Portanto, considerando que a abrangência contemplada neste relatório é de março/2020 a abril/2021 e que o Sr. ADL esteve como gestor no período de 09/08/2019 a 31/05/2020, não foi apresentada documentação referente aos meses de março a maio/2020, período este que o Sr. ADL foi qualificado neste relatório.

Concluindo, dentro das justificativas apresentadas, foi possível identificar que a SMS de Passos acompanhou a ocupação dos leitos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos no período de janeiro a abril/2022 (Relatório CAC 1/2022). Porém não foram identificados planilha(s) relatório(s) CAC referente aos meses de março a dezembro/2020, período este contemplado nesta auditoria.

Quanto as alegações que a "... taxa de ocupação dos leitos COVID-19 foram através de boletim diário, repassados ao setor de Epidemiologia e divulgado no final do dia", não foram apresentados documentos comprobatórios destas afirmações.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas pelas pessoas físicas, as justificativas foram parcialmente acatadas, sendo suficientes para afastar a não conformidade do período de janeiro a abril/2022, porém não foram suficientes para afastar a não conformidade relativa ao período de março a dezembro/2020.

Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: A SMS de Passos deverá realizar o acompanhamento da ocupação dos leitos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos em cumprimento ao que determina a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, capítulo I, art.5º, inciso II; em especial em relação a gestão de leitos e ao processo regulatório com objetivo de garantir a gestão intra-hospitalar, a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos no enfrentamento ao COVID-19, conforme Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV e o previsto no Termo de Contrato nº 98/2018, cláusula oitava - das obrigações, item IV - das obrigações do interveniente, subitens I e II e documento descrito, item VII, subitem VII.A - indicadores gerais metas 1, 4, 5 e 6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641775

Subgrupo: Convênios

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado (Convênio nº 005/2020) e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Após análise da documentação enviada, verificou-se que não foram apresentados documentos que comprovassem que a SMS/Passos validasse e inserisse os dados referente à prestação de contas dos recursos repassados no ano de 2020 a SCM por meio do Termo de Compromisso nº 557 no Sistema informatizados disponibilizado pela SES-MG, nos termos da Resolução SES/MG n.º 4.606/2014.

Tal fato está em desacordo com Termo de Compromisso nº 557/7097/2020, Cláusula 2ª - item I, § 2º, alínea t, Cláusula 4ª, § 5º e Resolução nº 4.606/2014, arts. 3º, 4º, 5º e 6º.

Fonte da Evidência:

- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6039/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6041/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada da Nota de empenho nº 6042/2020 e transferência bancária
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70009-6 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70008-8 no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada dos Extratos bancários da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº 70010-X no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada da Planilha de repasses de recursos do FES para o município de Passos/MG (BO) no período de 01/03/2020 a 31/03/2021
- cópia digitalizada da Planilha de repasses de recursos COVID para a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos - período de 01/03/2020 a 31/03/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/10/2022, a pessoa física: P.S.C.F. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 291/2022: informa que conforme Convênio 07/2020 no valor de R\$ 500.000,00 e aditado em 25%, encontra-se vigente e que o valor de R\$ 1.920,00 será devolvido pelo prestador.

2. Por meio do Ofício de encaminhamento nº 001/2022, de 25/10/2022, a pessoa física: A.A.N. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 293/2022: afirma que com relação ao convênio 07/2020 no valor de R\$ 500.000,00 e aditado em 25%. Informa que ainda se encontra vigente com saldo a ser executado e que o valor de R\$ 1.920,00 será devolvido pelo prestador.

3. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: As justificativas apresentadas pelas pessoas físicas: P.S.C.F. e A.A.N. se referem ao Convênio nº 007/2020.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Entretanto a não conformidade desta constatação trata do Convênio nº 005/2020. Sendo assim não foram apresentadas justificativas para esta constatação permanecendo a não conformidade. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que valide e insira os dados referentes à prestação de contas dos recursos repassados no ano de 2020 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos por meio Convênio nº 005/2020, no Sistema informatizado disponibilizado pela SES-MG, conforme determinado no Termo de Compromisso nº 557/7097/2020, Cláusula 2ª, item I, § 2º, alínea "t", Cláusula 4ª, § 5º e Resolução nº 4.606/2014, arts. 3º, 4º, 5º e 6º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 641784

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS de Passos não promoveu todos os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) e na Programação Anual de Saúde (PAS), inserindo as ações, mas não inserindo, de forma detalhada, os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. A SMS submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde a PAS, mas não submeteu o PMS a esse órgão para aprovação.

Evidência: Verificou-se que o PMS de Passos 2018-2021 foi ajustado e possui ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, estabelecendo metas a serem cumpridas para os anos de 2020 e 2021 e indicador de monitoramento - percentual de ações executadas, para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas. As ações estão divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289), Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º, inciso II; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3). Quanto aos recursos financeiros, as informações não estão disponibilizadas de forma que se identifique o que foi destinado especificamente para o enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS art. 96, § 3º, inciso I, alínea e). Não foi apresentado documento que comprove a apresentação do PMS, com as alterações referentes ao enfrentamento da COVID -19, ao CMS para aprovação (em desacordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS art. 96, § 7º)

A PAS do ano de 2020 também foi ajustada e possui ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, estabelecendo metas a serem cumpridas no ano de 2020 (executar o Plano Estratégico de Contingenciamento Municipal do Coronavírus) e indicador de monitoramento - percentual de ações executadas, para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas. As ações estão divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289), Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 97, §1º incisos I e II; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.5, 4.6, 5.1 e 5.2). Quanto aos recursos financeiros, as informações não estão disponibilizadas de forma que se identifique o que foi



destinado especificamente para o enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 97, §1º inciso III). A PAS, com as alterações sofridas devido ao enfrentamento da Covid-19, foi enviada ao CMS para aprovação em 24/09/2020 (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 98, inciso I).

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada do PMS de Passos (2018 - 2021) alterado;
- Cópia digitalizada da PAS de Passos 2020 alterada;
- Cópia digitalizada do Ofício 154/2020/SMS, de 24/09/2020 - Encaminhamento da PAS 2020 alterada ao CMS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício de encaminhamento, nº 001/2022, de 25/08/2022, o Sr. A.A.N., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Documento em anexo no qual informa que o PMS, 2018-2021 foram aprovada pelo Conselho Municipal de Passos em plenária. (documento em anexo - ofício 067/2021 - CMS.

Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020.

DESPESAS COM COVID 19:

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

(documento em anexo)."

2 - Por meio de um documento datado de 23/08/2022, o Sr. E.B., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação:

"Documento em anexo no qual informa que o PMS, 2018-2021 foram aprovada pelo Conselho Municipal de Passos em plenária. (documento em anexo - ofício 067/2021 - CMS.

Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020.

DESPESAS COM COVID 19:

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

(documento em anexo)."

3 - Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/10/2022, a Sra. P.S.C.F., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Em resposta a constatação nº 641784 venho por meio deste informar por meio de documento em anexo no qual informa que o PMS, 2018- 2021 foram aprovados pelo Conselho Municipal de Passos em plenária. (documento em anexo - ofício 067/2021 - CMS).

Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020

DESPESAS COM COVID 19:

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA



(documento em anexo)."

4 - Por meio do documento "RESPOSTA ao Ofício SES/AUDSUS nº 294/2022", datado de 26/08/2022, o Sr. A.D.L., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Documento em anexo no qual informa que o PMS, 2018-2021 foram aprovada pelo Conselho Municipal de Passos em plenária. (documento em anexo - ofício 067/2021 - CMS.

Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/03/2020 até 31/05/2020.

DESPESAS COM COVID 19:

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

(documento em anexo)."

5 - A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: 1 - O Sr. A.A.N. (pessoa física notificada) declara que o PMS 2018-2021 foi aprovado pelo CMS, apresentando um ofício no qual a presidente do referido conselho afirma que o PMS em questão foi aprovado. No entanto, o ofício apresentado não é suficiente para comprovar a aprovação do PMS com os seus devidos ajustes, visto que essa aprovação deveria ser evidenciada por meio de uma deliberação do CMS, conforme consta na Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso V. Quanto aos recursos financeiros, o Sr. A.A.N. declara que enviou, como justificativa, "listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020", porém essa listagem não deixa claro que essas informações estão inseridas na PAS 2020 e no PMS 2018-2021.

2 - O Sr. E.B. (pessoa física notificada) declara que o PMS 2018-2021 foi aprovado pelo CMS, apresentando um ofício no qual a presidente do referido conselho afirma que o PMS em questão foi aprovado. No entanto, o ofício apresentado não é suficiente para comprovar a aprovação do PMS com os seus devidos ajustes, visto que essa aprovação deveria ser evidenciada por meio de uma deliberação do CMS, conforme consta na Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso V. Quanto aos recursos financeiros, o Sr. E.B. declara que enviou, como justificativa, "listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020", porém essa listagem não deixa claro que essas informações estão inseridas na PAS 2020 e no PMS 2018-2021.

3 - A Sra. P.S.C.F. (pessoa física notificada) declara que o PMS 2018-2021 foi aprovado pelo CMS, apresentando um ofício no qual a presidente do referido conselho afirma que o PMS em questão foi aprovado. No entanto, o ofício apresentado não é suficiente para comprovar a aprovação do PMS com os seus devidos ajustes, visto que essa aprovação deveria ser evidenciada por meio de uma deliberação do CMS, conforme consta na Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso V. Quanto aos recursos financeiros, a Sra. P.S.C.F. declara que enviou, como justificativa, "listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020", porém essa listagem não deixa claro que essas informações estão inseridas na PAS 2020 e no PMS 2018-2021.

4 - O Sr. A.D.L. (pessoa física notificada) declara que o PMS 2018-2021 foi aprovado pelo CMS, apresentando um ofício no qual a presidente do referido conselho afirma que o PMS em questão foi aprovado. No entanto, o ofício apresentado não é suficiente para comprovar a aprovação do PMS com os seus devidos ajustes, visto que essa aprovação deveria ser evidenciada por meio de uma deliberação do CMS, conforme consta na Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso V. Quanto aos recursos financeiros, o Sr. A.D.L. declara que enviou, como justificativa, "listagem de pagamentos do período de 01/03/2020 até 31/05/2020", porém essa listagem não deixa claro que essas informações estão inseridas na PAS 2020 e no PMS 2018-2021.

5 - Não houve manifestação da pessoa jurídica notificada.

Por fim, avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que registre no PMS e na PAS informações referentes a situações de emergência que ocorrerem na área da saúde que a legislação assim o exigir, incluindo informações sobre os recursos financeiros destinados ao combate da situação enfrentada e que o instrumento alterado pelo registro dessas ações seja apresentado ao CMS para aprovação, conforme NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.5, 5.1 e 5.2 e Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS, art. 96, § 3º, inciso I, alínea "e" e § 7º e art. 97, § 1º, inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 641786

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Fiscalização de Recursos Financeiros

Constatação: A SMS apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores, contemplando parcialmente as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Foram apresentados os 3 RDQAs do ano de 2020. Verificou-se que há informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 no RDQA do 3º quadrimestre, divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289, Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1 e 4.2). Verificou-se que os RDQAs foram apresentados ao CMS, bem como à Câmara de Vereadores do município de Passos, dentro dos prazos legais (Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100, caput). Os dados financeiros encontram-se de forma generalizada, não sendo especificados os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100, Parágrafo Único, inciso I).

Fonte da Evidência:

- Cópias digitalizadas dos RDQAs do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020;
- Cópia digitalizada do Ofício 78/2020/SMS, de 29/05/2020 - apresentação do RDQA do 1º quadrimestre de 2020 ao CMS de Passos;
- Cópia digitalizada do Ofício 077/2020/Secretaria Municipal de Saúde, de 29/05/2020 - apresentação do RDQA do 1º quadrimestre de 2020 à Câmara de Vereadores de Passos;
- Cópia digitalizada do Ofício 154/2020/SMS, de 24/09/2020 - apresentação do RDQA do 2º quadrimestre de 2020 ao CMS de Passos;
- Cópia digitalizada do Ofício 155/2020/Secretaria Municipal de Saúde, de 24/09/2020 - apresentação do RDQA do 2º quadrimestre de 2020 à Câmara de Vereadores de Passos;
- Cópia digitalizada do Ofício 023/2021/SMS/APS, de 22/02/2021 - apresentação do RDQA do 3º quadrimestre de 2020 ao CMS de Passos;
- Cópia digitalizada do Ofício 022/2021/Secretaria Municipal de Saúde - APS, de 22/02/2021 - apresentação do RDQA do 3º quadrimestre de 2020 à Câmara de Vereadores de Passos.

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: 1 - Por meio do Ofício de encaminhamento, nº 001/2022, de 25/08/2022, o Sr. A.A.N., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/01/2021 à 26/01/2021.

As despesas estão apresentadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo.

OUTRAS SUBFUNÇÕES(XXXVIII) - RREO - ANEXOXII(LC 141/2012 ART.35)."

2 - Em documento datado de 23/08/2022, o Sr. E.B., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 A 31/12/2020.

As despesas estão apresentadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo.

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

(documento em anexo)."

3 - Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/10/2022, a Sra. P.S.C.F., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Em resposta a constatação nº 641786 venho por meio deste informar quanto aos Recursos Financeiros, estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/01/2021 à 01/09/2021.

As despesas estão apresentadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo.

OUTRAS SUBFUNÇÕES(XXXVIII) - RREO - ANEXOXII(LC 141/2012 ART.35)."

4 - Por meio do documento "RESPOSTA ao Ofício SES/AUDSUS nº 294/2022", datado de 26/08/2022, o Sr. A.D.L., pessoa física notificada, enviou a seguinte manifestação: "Quanto aos Recursos Financeiros estou encaminhando listagem de pagamentos do período de 01/03/2020 até 31/05/2020.

As despesas estão apresentadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo.

Função: 10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Centro de custo: ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS - COVID-19

Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

(documento em anexo)."

5 - A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.

Análise da Justificativa: 1 - O Sr. A.A.N. (pessoa física notificada) declara que encaminhou a listagem de pagamentos do período de 01/01/2021 a 26/01/2021 e citou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo, porém não demonstrou que os recursos financeiros referentes ao enfrentamento da COVID-19 foram devidamente discriminados no RDQA em



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



questão.

2 - O Sr. E.B. (pessoa física notificada) declara que encaminhou listagem de pagamentos do período de 01/06/2020 a 31/12/2020 e citou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo, porém não demonstrou que os recursos financeiros referentes ao enfrentamento da COVID-19 foram devidamente discriminados no RDQA em questão.

3 - A Sra. P.S.C.F. (pessoa física notificada) declara que encaminhou listagem de pagamentos do período de 01/01/2021 a 01/09/2021 e citou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo, porém não demonstrou que os recursos financeiros referentes ao enfrentamento da COVID-19 foram devidamente discriminados no RDQA em questão.

4 - O Sr. A.D.L. (pessoa física notificada) declara que encaminhou listagem de pagamentos do período de 01/03/2020 até 31/05/2020 e citou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas despesas com saúde por Subfunções e categoria econômica não computadas no cálculo do mínimo, porém não demonstrou que os recursos financeiros referentes ao enfrentamento da COVID-19 foram devidamente discriminados no RDQA em questão.

5 - Não houve manifestação da pessoa jurídica notificada.

Por fim, avaliando-se as manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Passos que registre no RDQA informações referentes a situações de emergência que ocorrerem na área da saúde que a legislação assim o exigir, incluindo informações sobre os recursos financeiros destinados ao combate da situação enfrentada, conforme NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MSI tens 2.11, 4.1 e 4.2 e Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS, art. 100, Parágrafo Único, inciso I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12.163.368/0001-50

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 641788

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Foi apresentado o RAG 2020, o qual apresenta informações referentes ao enfrentamento da COVID-19, como as metas a



serem cumpridas (executar o Plano Estratégico de Contingenciamento Municipal do Coronavírus em vários setores da saúde) no ano de 2020 e indicador de monitoramento - percentual de ações executadas, para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, dados esses importados da PAS 2020. As análises monitoradas estão divididas por Subfunções da Saúde: Administração Geral (nº 122); Atenção Básica (nº 301); Assistência Hospitalar e Ambulatorial (nº 302); Suporte Profilático e Terapêutico (nº 303); Vigilância Sanitária (nº 304) e Vigilância Epidemiológica (nº 305). Em todas essas subfunções citadas, a meta programada para o exercício de 2020 era a execução de 100% do Plano Estratégico de Contingenciamento Municipal do Coronavírus e o resultado registrado no RAG indica que a meta estabelecida foi cumprida totalmente - 100%, segundo o Indicador de Monitoramento. A prestação de contas dos recursos referentes à execução dos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia de COVID-19 está indicada no item 9.4 - Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho, dividindo-se em Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO) e Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO). Foi apresentado documento de encaminhamento do RAG 2020 ao CMS de Passos para apreciação, dentro do prazo legal.

De acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº 141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.5 e 5.3; Portaria MS/GM 1666/2020, art. 6º; Portaria MS/GM 2624/2020, art. 7º e Resolução SES/MG 7097/2020, art. 6º.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada do RAG de Passos - 2020;
- Cópia digitalizada do Ofício 053/2021/SMS/APS, de 25/03/2021 - encaminhamento do RAG 2020 ao CMS de Passos.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 641790

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Após análise da documentação apresentada, verificou-se que a Lei nº 3558 de 05/08/2020 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2021, contem as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da Pandemia de Covid-19. Foi analisada também a Lei Municipal nº 3597 de 04/01/2021 que estima receita e fixa despesa do município de Passos para o exercício de 2021, na qual foi observado nos anexos relativos a Receita: Programações Orçamentárias e Programas de Trabalho e no Quadro Demonstrativo de Despesas o detalhamento na classificação orçamentária por fonte de recursos, permitindo identificar a destinação do recurso ao enfrentamento da pandemia e também programa ou ação específica para as despesas relacionadas a COVID-19.

Foram apresentadas ainda a equipe a Lei Municipal nº 3475 de 31/07/2019 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2020 (LDO) e a Lei Municipal nº 3521 de 30/12/2019 que estima receita e fixa a despesa do município no exercício de 2020 (LOA). Como foram elaboradas antes da pandemia não constam ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da Pandemia.

Foram apresentadas 8 (oito) legislações municipais que dispõem sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2020, para enfrentamento da pandemia de Covid-19: São elas:

- Lei Municipal nº 3544, de 05/05/2020;
- Lei Municipal nº 3547, de 17/06/2020;
- Lei Municipal nº 3550, de 03/07/2020;
- Lei Municipal nº 3555, de 30/07/2020;
- Lei Municipal nº 3570, de 24/09/2020;
- Lei Municipal nº 3572, de 24/09/2020;
- Lei Municipal nº 3580, de 19/11/2020;
- Lei Municipal nº 3581, de 19/11/2020;

Entretanto não foram apresentadas as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentária - 2020, sendo assim a LDO/2020 não



possui alterações ou complementações para identificar as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III e com a Instrução Normativa Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Fonte da Evidência:

- Lei Municipal nº 3475 de 31/07/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020;
- Lei Municipal nº 3521 de 30/12/2019 - Lei Orçamentária anual (LOA) de 2020;
- Lei Municipal nº 3544, de 05/05/2020;
- Lei Municipal nº 3547, de 17/06/2020;
- Lei Municipal nº 3550, de 03/07/2020;
- Lei Municipal nº 3555, de 30/07/2020;
- Lei Municipal nº 3570, de 24/09/2020;
- Lei Municipal nº 3572, de 24/09/2020;
- Lei Municipal nº 3580, de 19/11/2020;
- Lei Municipal nº 3581, de 19/11/2020;
- Lei Municipal nº 3558, de 05/08/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021;
- Lei Municipal nº 3597 de 04/01/2021 - Lei Orçamentária anual (LOA) de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. A pessoa física: E.B. apresentou a seguinte manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 292/2022: em sua defesa envia em anexo o ofício 212/2022/DEP.ORÇ./SPLAN, contendo a seguinte argumentação: As LDOs de Passos dos exercícios de 2020 e 2021, foram elaboradas conforme definido pela Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei de responsabilidade fiscal (Lei complementar nº 101/2000), tendo os seus anexos elaborados conforme Manual de Demonstrativos Fiscais emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Sendo assim a LDO não estabeleceu programas e ações apenas definidas aquelas ações que seriam prioritárias trazem do plano plurianual vigente, aliás, é no plano plurianual que são definidos os programas e ações neste caso a lei número 3292 de 26 de dezembro de 2017. Do PPA se estabeleceu no artigo 16 "o plano plurianual poderá ser revisto mediante lei específica e alterado de modo a permitir a inclusão, a exclusão ou alteração de suas ações e respectivas metas em decorrência das leis orçamentárias anuais e de seus créditos adicionais".

O referido artigo foi observado nas leis que autorizaram abertura de créditos adicionais especial e suplementares sendo as modificações do programas realizados com a inclusão de ação específica para realizar as despesas referente ao enfrentamento da covid-19.

Entendemos que tal medida também atendeu a orientação da nota técnicas 06 de 2020 do Conselho das Secretarias municipais de Minas gerais (COSEMSMG) e SEI nº 12774/20/ME da Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis da Secretaria Tesouro Nacional.

" 2 - a nota do CONASENS recomenda a criação de ação orçamentária com a seguinte funcional programática qual concordamos também:

- Função: 10 saúde
- Sub-função: 122 - Administração geral (recomendada)
- Programa xxx, Ação xxx - Enfrentamento da emergência COVID-19"

"10- Considerando ainda que parcela das despesas que serão realizadas em virtude da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19) refere-se ações de saúde para os quais já existe a dotação prévia questiona-se crédito extraordinário deverá complementar as estações existentes ou se deve ser criada ação específica voltada ao controle das ações com a pandemia é o caso, por exemplo, de despesa com aquisição de material de consumo como equipamento de proteção individual (roupas de proteção, máscara entre outras) e material permanente (respiradores, leitos entre outros) para os quais já poderia haver previsão orçamentária em valor inferior a necessidade atual"

Sendo assim no nosso entendimento não é irregularidade quando trata-se da inclusão de ações para utilização dos recursos para despesas relacionados ao enfrentamento da covid-19.

2. A SMS de Passos (pessoa jurídica) não apresentou justificativas a este relatório frente a notificação de auditoria realizada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 290/2022.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: Em análise a argumentação apresentada pela SMS/Passos, a equipe entende que foram tomadas todas as providências cabíveis no que compete a SMS para execução das despesas relacionadas ao enfrentamento a pandemia da COVID-19, dentro da legislação aplicável.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram acatadas.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS - FMS PASSOS	12 163.368/0001-50

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 15/07/2022

Ofício Nº: 3152022 Data: 15/07/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 24/06/2022

Ofício Nº: 2902022 Data: 24/06/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica - Vanessa Cristina Silva Freire

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 24/06/2022

Ofício Nº: 2912022 Data: 24/06/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 24/06/2022

Ofício Nº: 2922022 Data: 24/06/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 24/06/2022

Ofício Nº: 2932022 Data: 24/06/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 24/06/2022

Ofício Nº: 2942022

Data: 24/06/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 290/2022 de 24/06/2022, à Secretaria Municipal de Saúde de Passos (pessoa jurídica), recebido em 07/07/2022, conforme AR nº BR 12495911 2 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 291/2022 de 24/06/2022 a Srª. P. S. C. F. (pessoa física), recebido em 08/07/2022, conforme AR nº BR 12495915 7 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 292/2022 de 24/06/2022 ao Sr. E. B (pessoa física), recebido em 07/07/2022, conforme AR nº BR 12495912 76 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 293/2022 de 24/06/2022 ao Sr. A. A. N. (pessoa física), recebido em 06/07/2022, conforme AR nº BR 12495916 3 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 294/2022 de 24/06/2022 ao Sr. A. D. L. (pessoa física), recebido em 06/07/2022, conforme AR nº BR 12495913 0 BR e Ofício SES/AUDSUS nº 315/2022 de 15/07/2022 ao Sr. C. R. L. R. (pessoa física), recebido em 22/07/2022, conforme AR nº BR 46079765 9 BR. Por meio do Ofício nº 483/EPIDEMIOLOGIA/2022, de 26/08/2022, a Srª P. S. C. F. encaminhou manifestação frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. Por meio do documento S/N, de 23/08/2022, o Sr. E. B. também encaminhou manifestação frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. Por meio do ofício de encaminhamento nº 001/2022, de 25/08/2022, o Sr. A. A. N. também encaminhou manifestação frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. Por meio do documento S/N, de 26/08/2022, o Sr. A. D. L. também encaminhou manifestação frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. Por meio do documento S/N, de 30/09/2022, o Sr. R. O., advogado qualificado do Sr. C. R. L. R. também encaminhou manifestação frente ao Relatório Preliminar de Auditoria. Não foi apresentada manifestação pela SMS de Passos (pessoa jurídica).

VIII - CONCLUSÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Passos não detém a gestão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos, porém atua como interveniente no contrato que a instituição tem com o Estado de Minas Gerais. Como município sede da instituição que foi auditada, recebeu recursos federais e estaduais, que foram repassados à instituição, porém não foram cumpridas todas as determinações legais no repasse e acompanhamento da execução dos recursos e serviços pactuados. A SMS também não demonstrou ter acompanhado a ocupação dos leitos de COVID-19 na instituição de forma a otimizar a gestão dos leitos. Também não demonstrou ter ajustado totalmente o Plano Municipal de Saúde (2018 - 2021) e a Programação Anual de Saúde (2020), a fim de contemplar os recursos recebidos em virtude da COVID-19. Não foi demonstrado que os ajustes feitos no plano a respeito do enfrentamento da COVID-19 foram analisados e aprovados pelo CMS. Também não comprovou ter demonstrado nos RDQAs do período todos os recursos recebidos e destinados à instituição em razão da COVID-19. Foi demonstrado que o FMS de Passos destinou recursos próprios à instituição para aquisição de equipamentos para atendimento à COVID-19 e que no RAG de 2020, há informações sobre as ações realizadas e a prestação de contas dos recursos destinados à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos no ano de 2020.

Encaminhamentos

1. Ofício de Aplicação de Penalidade à SMS (pessoa jurídica) com encaminhamento deste Relatório Final de Auditoria.
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria às pessoas físicas que foram notificadas com o Relatório Preliminar.

Transcorridas todas as fases do processo administrativo e realizados os comunicados finais aos interessados, poderão ser comunicados



seus resultados finais aos:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Passos.
2. À Superintendência Regional de Saúde de Passos.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

Tabela 01 - recursos repassados do FMS PASSOS para a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

TABELA 01
Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de PASSOS a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos no período de 01/03/2020 a 31/03/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
65563-5	FNS	...	2624/2020	NÃO TEM	9758/2020	02/12/2020	300.000,00	5297-3	289.500,00	não informado	Apresentou comprovantes das despesas	
65563-5	FNS	...	1666/2020	007/2020	10017/2020	07/12/2020	500.000,00	5402-X	403.460,00	11/11/2021	Não apresentou prestações de contas parciais mensais	
65563-5	FNS	...	1666/2020	007/2020	10696/2020	30/12/2020	1.920,00	3330-8		11/11/2021	Não apresentou prestações de contas parciais mensais	
70008-8	FES	7097/2020	...	005/2020	6041/2020	22/07/2020	120.000,00	5296-5		30/06/2021	Não apresentou prestações de contas parcial/2020	
70009-6	FES	7097/2020	...	005/2020	6039/2020	22/07/2020	47.000,00	5296-5	206.345,00	30/06/2021	Não apresentou prestações de contas parcial/2020	
70010-X	FES	7097/2020	...	005/2020	6042/2020	23/07/2020	40.000,00	5296-5		30/06/2021	Não apresentou prestações de contas parcial/2020	
73.002-5	FMS	003/2020	4954/2020	18/06/2020	50.000,00	5385-6	49.359,40	27/05/2021	Já prestou contas e foi aprovado pela CGM	
						TOTAL REPASSADO:	1.058.920,00	TOTAL GASTO:	948.664,40			

Fonte: Portarias MS, Resoluções SES, Convênios, extratos bancários, relações pagamentos/itens adquiridos e prestações de contas (período 01/03/2020 a 31/03/2021)